



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

EDITAL Nº 01/2016 - NÍVEL SUPERIOR

ADVOGADO

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 05 (cinco) páginas numeradas sequencialmente, contendo 40 (quarenta) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (10 questões) e Conhecimentos Específicos (30 questões).
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- V. Você dispõe de 03 (três) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- VI. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 01 (uma) hora após seu início.
- VII. O candidato não poderá levar o caderno de questões. O caderno de questões será publicado no site do ibfc, no prazo recursal contra gabarito.
- VIII. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- IX. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- X. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XI. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!



.....
DESTAQUE AQUI



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



Nome:

Assinatura do Candidato:

Inscrição:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>																								
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40										
<input type="checkbox"/>																								

RASCUNHO

Leia o texto abaixo e responda às questões.

Minhas maturidade
Circunspeção, siso, prudência.

Mario Prata

É o que o homem pensa durante anos, enquanto envelhece. Já está perto dos 50 e a pergunta ainda martela. Um dia ele vai amadurecer.

Quando um homem descobre que não é necessário escovar os dentes com tanta rapidez, tenha certeza, ele virou um homem maduro. Só sendo mesmo muito imaturo para escovar os dentes com tanta pressa.

E o amarrar do sapato pode ser mais tranqüilo, arrumando-se uma posição menos incômoda, acertando as pontas.

(..)

Não sente culpa de nada. Mas, se sente, sofre como nunca. Mas já é capaz de assistir à sessão da tarde sem a culpa a lhe desviar a atenção.

É um homem mais bonito, não resta a menor dúvida.

Homem maduro não bebe, vai à praia.

Não malha: a malhação denota toda a imaturidade de quem a faz. Curtir o corpo é ligeiramente imaturo.

(...)

Sorri tranqüilo quando pensa que a pressa é coisa daqueles imaturos.

O homem maduro gosta de mulheres imaturas. Fazer o quê?

Muda muito de opinião. Essa coisa de ter sempre a mesma opinião, ele já foi assim.

(...)

Se ninguém segurar, é capaz do homem maduro ficar com mania de apagar as luzes da casa.

O homem maduro faz **palavras cruzadas!**

Se você observar bem, ele começa a implicar com horários.

A maturidade faz com que ele não possa mais fazer algumas coisas. Se pega pensando: sou um homem maduro. Um homem maduro não pode fazer isso.

O homem maduro começa, pouco a pouco, a se irritar com as pessoas imaturas.

Depois de um tempo, percebe que está começando é a sentir inveja dos imaturos.

Será que os imaturos são mais felizes?, pensa, enquanto começa a escovar os dentes depressa, mais depressa, mais depressa ainda.

O homem maduro é de uma imaturidade a toda prova.

Meu Deus, o que será de nós, os maduros?

PRATA, Mário. **Minhas tudo**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda, 2001, pág. 99.

1) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. A relação entre o título do texto e a mensagem transmitida por ele está no amadurecimento do ser humano;
 - II. Quando o ser humano amadurece passa a se questionar demais, o que leva a uma ideia que pode parecer oposta ao seu desejo;
 - III. O amadurecimento dos seres humanos está marcado em suas atitudes.
- a) Somente I está correta
 - b) I e III estão corretas
 - c) I e II estão corretas
 - d) II e III estão corretas

2) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa que resume adequadamente a principal mensagem do texto.

- a) Maturidade e envelhecimento são desenvolvimento que podem caminhar de maneira dissociada.
- b) A maturidade se mostra essencialmente relacionada à idade da pessoa e acaba marcando uma influência de seu crescimento.
- c) O homem maduro é aquele que deixa de se questionar demais, passando a confiar mais em si mesmo.
- d) Ao amadurecer o homem passa a valorizar mais a saúde e a se cuidar mais.

3) A partir da leitura do texto como um todo, assinale a alternativa que justifica a escolha do título.

- a) O autor cometeu um erro ao não apresentar concordância nominal no título.
- b) “Minhas maturidade”, o autor busca se isentar da identificação com as características marcadas no texto.
- c) “Minhas maturidade” apresenta uma crise de identidade do personagem principal do texto.
- d) O título nos sugere uma identificação entre o narrador e as pessoas que se encontra em situação semelhante.

4) Leia a citação abaixo e assinale a figura de linguagem/ figura de estilo.

“O homem maduro é de uma imaturidade a toda prova.”

- a) Metonímia
- b) Metáfora
- c) Paradoxo
- d) Onomatopéia

5) Analise a citação abaixo e assinale a alternativa que apresenta ideias opostas.

“Sorri tranqüilo quando pensa que a pressa é coisa daqueles imaturos.”

- a) Pensa – imaturo
- b) tranqüilo – pressa
- c) Sorri – imaturo
- d) tranqüilo – imaturidade

6) Leia a frase abaixo e assinale a alternativa que substitui adequadamente a palavra em destaque, sem alterar o sentido do texto.

“Não malha: a malhação denota toda a imaturidade de quem a faz”.

- a) Expressa
- b) Esconde
- c) Transforma
- d) Corrige

7) Analise a afirmativa abaixo e assinale a alternativa que apresenta erro de língua portuguesa.

“E o amarrar do sapato pode ser mais tranqüilo, arrumando-se uma posição menos incômoda, acertando as pontas.”

- a) o amarrar
- b) menos incômoda
- c) do sapato
- d) mais tranqüilo

8) Leia a citação abaixo e assinale a alternativa que classifica adequadamente o sujeito do período.

“Muda muito de opinião.”

- a) Simples
- b) Oculto
- c) Inexistente
- d) Composto

9) Assinale a alternativa correta. Na última frase do texto a expressão “Meu Deus” se classifica como:

- a) Advérbio
- b) Sujeito
- c) Vocativo
- d) Aposto

10) Analise as opções abaixo e assinale a principal característica do subtítulo do texto.

“Circunspeção, siso, prudência.”

- a) Sinônimo
- b) Antônimo
- c) Exemplo
- d) Metáfora

11) Assinale a alternativa que corresponde ao conceito de serviços públicos “uti singuli”:

- a) são aqueles em cuja prestação o Estado atua no exercício de sua soberania, razão pela qual são indelegáveis e remunerados por taxa.
- b) são aqueles prestados a um número determinado ou determinável de indivíduos, razão pela qual admitem mensuração personalizada.
- c) são aqueles prestados para toda a coletividade, indistintamente, ou seja, seus usuários são indeterminados e indetermináveis.
- d) são aqueles prestados no interesse direto da coletividade, razão pela qual são delegáveis e podem ser remunerados por imposto ou preço público.

12) Assinale a alternativa que corresponde às características inerentes à concessão especial de uso de bens públicos:

- a) ato unilateral, discricionário e precário, que se consubstancia em ato escrito, revogável a qualquer tempo sem ônus para a Administração.
- b) ato negocial, unilateral, discricionário e precário, dependente de licitação.
- c) transferência gratuita da posse de um bem público para outra entidade ou órgão da mesma entidade que dele tenha necessidade e se propõe a empregá-lo nas condições convencionadas.
- d) exige posse por 5 anos, e sem oposição; o imóvel público deve estar situado em espaço urbano e possuir área de até 250m²; o concessionário deve utilizar o bem para sua moradia ou de sua família desde que não seja proprietário ou beneficiário de outro imóvel urbano ou rural.

13) É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial na contratação:

- a) de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- b) de entidades privadas sem fins lucrativos, para a implementação de cisternas ou outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano e produção de alimentos, para beneficiar as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água.
- c) de instituição ou organização, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no âmbito do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, instituído por lei federal.
- d) realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

14) No que se refere à desapropriação por utilidade pública, pode ser afirmado o que segue:

- a) Adesapropriação por utilidade pública não pode abranger as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço.
- b) Entidades que exercem funções delegadas do Poder Público podem promover a desapropriação por utilidade pública mediante autorização expressa constante de lei ou contrato.
- c) Não se exige autorização legislativa para a desapropriação dos bens de domínio dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal pela União, como regra.
- d) A lei proíbe a desapropriação pelos Estados-membros de ações de instituições cujo funcionamento dependa de autorização do Governo Federal, salvo mediante prévia autorização, por Resolução do Congresso Nacional.

15) A respeito do controle de constitucionalidade dos atos municipais, pode ser afirmado o que segue:

- a) A jurisprudência dominante admite o cabimento do controle concentrado das leis e atos normativos municipais pelo Supremo Tribunal Federal.
- b) No caso de contrariedade de lei ou ato normativo municipal em face da Constituição Estadual, é possível o manejo da ação declaratória de inconstitucionalidade perante os Tribunais de Justiça, uma vez que a Constituição Federal em vigor instituiu a respectiva representação de inconstitucionalidade para esse fim.
- c) No Brasil, o controle de constitucionalidade dos atos municipais é feito de forma difusa, por meio dos instrumentos utilizados no controle jurisdicional em geral, tais como o mandado de segurança, todavia, é vedado o emprego da ação civil pública e da ação popular para esse mesmo fim.
- d) Não se admite a interposição de recurso extraordinário contra a decisão do Tribunal de Justiça que, sob pretexto de aplicar o direito constitucional estadual, deixa de aplicar devidamente a norma de reprodução obrigatória por parte do estado-membro.

16) Relativamente ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

- a) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, quando notificado judicialmente.
- b) É vedada, sem qualquer ressalva, a impetração de mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de comprovada autenticidade.
- c) É cabível a interposição de mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de concessionárias de serviço público.
- d) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

17) Assinale a alternativa que contempla uma das atribuições privativas do Presidente da República em que a Constituição Federal autoriza a delegação a outros agentes políticos:

- a) nomear membros do Conselho da República.
- b) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- c) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- d) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

18) Decorre do tratamento jurídico devotado à ação popular, em especial, quando se cuida da anulação de atos administrativos, a seguinte conclusão:

- a) a ilegalidade do objeto consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à existência ou seriedade do ato.
- b) a inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito, em que se fundamenta o ato, é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido.
- c) o vício de forma ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo.
- d) o desvio de finalidade fica caracterizado quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou.

19) Consoante dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência deve ser assegurada por meio de:

- a) incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- b) liberação ao acompanhamento da comunidade, de dados detalhados sobre a execução contábil, em meios aptos de comunicação pública e privada.
- c) liberação ao pleno conhecimento dos entes públicos, de dados específicos sobre a administração pública, em procedimentos controlados e impressos.
- d) adoção de sistema integrado de gestão financeira e controle, que atenda a padrões de qualidade estabelecidos de maneira uniforme pelo mercado financeiro.

20) A respeito da disciplina jurídica aplicável aos precatórios judiciais, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) As requisições recebidas no tribunal até 1º de julho de um determinado ano, são convertidas em precatórios e incluídas na proposta orçamentária do ano seguinte; já as requisições recebidas no tribunal após 1º de julho, são convertidas em precatórios e incluídas na proposta orçamentária do ano subsequente.
- b) Idosos e portadores de doenças graves, crônicas ou perenes, possuem prioridade no pagamento no ano programado, razão pela qual são pagas inicialmente as prioridades e, depois, a lista retorna para o precatório mais antigo, com precedência para os alimentares e depois os de outras espécies de cada ano.
- c) Os precatórios podem ser de natureza não alimentar, quando decorrem de ações judiciais envolvendo aposentadorias e indenizações por morte ou invalidez, ou de natureza alimentar, quando decorrem de ações referentes a desapropriações e tributos.
- d) A depender do valor apurado na ação judicial o crédito pode ser satisfeito pelo denominado ofício requisitório de pequeno valor.

21) Integra a competência tributária municipal a instituição de impostos sobre:

- a) transmissão *causa mortis* e doação.
- b) transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.
- c) operações relativas à circulação de mercadorias.
- d) propriedade de veículos automotores.

22) Em conformidade com o preceituado no Código Tributário Nacional, apresenta-se como hipótese de exclusão do crédito tributário:

- a) a remissão.
- b) a novação.
- c) a isenção.
- d) a suspensão.

23) De acordo com o previsto no Código Civil Brasileiro, **não corre a prescrição**:

- a) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- b) pendendo ação de manutenção da posse.
- c) contra os ausentes do país em serviço público ou privado.
- d) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas.

24) A diferença de causa nas dívidas não impede a compensação:

- a) se provier de esbulho.
- b) se uma se originar de comodato.
- c) se uma for de coisa não suscetível de penhora.
- d) se uma se originar de coisa fungível.

25) De acordo com o expressamente preceituado pelo Código Civil Brasileiro, constitui ato ilícito:

- a) o praticado em legítima defesa, desde que cause dano a terceiros.
- b) o exercício de um direito por seu titular, de forma a exceder manifestamente os limites impostos pelos bons costumes.
- c) o praticado no exercício regular de um direito reconhecido, desde que cause prejuízo econômico a terceiros.
- d) a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

26) Consoante o disposto no Código de Processo Civil vigente, é competente o foro:

- a) do lugar do fato, para a ação de anulação de casamento.
- b) de domicílio do réu, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito.
- c) do lugar do fato, para a ação de divórcio.
- d) do lugar do ato ou fato para a ação de reparação de dano.

27) Consoante o disposto no Código de Processo Civil vigente, **não há necessidade de citação de ambos os cônjuges na ação**:

- a) fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família.
- b) que tenha por objeto a constituição de ônus sobre imóvel de um dos cônjuges.
- c) que verse sobre direito real imobiliário, quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
- d) resultante de fato que diga respeito a ato praticado pelos cônjuges.

28) Consoante o disposto no Código de Processo Civil vigente, o juiz **não** resolverá o mérito quando:

- a) decidir, a requerimento, sobre a ocorrência de prescrição.
- b) acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.
- c) rejeitar o pedido formulado na reconvenção.
- d) homologar a transação.

29) Constitui crime contra as finanças públicas:

- a) propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- b) ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.
- c) deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.
- d) deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.

30) Apresenta-se como crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, sujeito ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

- a) Retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade.
- b) Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
- c) Omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administração da Prefeitura.
- d) empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam.

31) Constitui crime da mesma natureza dos delitos contra a ordem tributária:

- a) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo.
- b) abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas;
- c) sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação.
- d) elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais.

32) Constitui crime próprio, contra a administração pública, no qual se exige do sujeito ativo a qualidade jurídica especial de funcionário público:

- a) Tráfico de Influência.
- b) Usurpação de função pública.
- c) Corrupção ativa.
- d) Facilitação de contrabando ou descaminho.

33) Faz coisa julgada:

- a) a decisão que julgar parcialmente o mérito, passando a ter força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
- b) os motivos, desde que relevantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- c) a decisão que se pronunciar sobre a questão prejudicial, no caso de revelia.
- d) a decisão que se pronunciar sobre a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

34) No que diz respeito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assinale a alternativa incorreta:

- a) O valor a ser creditado na conta vinculada de cada trabalhador é calculado com base na remuneração, dependendo do tipo de contrato; assim, para menor aprendiz, a alíquota é de 4% sobre a remuneração e para os demais empregados, 10% sobre a remuneração.
- b) Todo trabalhador brasileiro com contrato de trabalho formal, regido pela legislação trabalhista, e também trabalhadores rurais, temporários, avulsos, safreiros e atletas profissionais têm direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- c) O FGTS é constituído de contas vinculadas, abertas em nome de cada trabalhador, quando o empregador efetua o primeiro depósito; o saldo da conta vinculada é formado pelos depósitos mensais efetivados pelo empregador, equivalentes a 8,0% do salário pago ao empregado, acrescido de atualização monetária e juros.
- d) O diretor não-empregado e o empregado doméstico podem ser incluídos no sistema Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a critério do empregador.

35) Ulpiano ajuizou em Ribeirão Preto - SP, reclamatória contra a empresa Rio das Neves, sediada nessa cidade, alegando, em apertada síntese, que havia trabalhado por cinco anos prestando serviços para a reclamada na cidade de Franca – SP, sendo que, até o presente, não recebeu seus direitos decorrentes do ato rescisório. Os diretores da empresa Rio das Neves objetivam formalizar, através de seus advogados, instrumento de defesa, bem como arguição de incompetência em razão do foro. Diante do quadro exposto, pode ser afirmado que:

- a) a exceção de incompetência em razão de foro deve ser oposta em peça autônoma e separada da contestação.
- b) por ocasião da oposição da exceção de incompetência, o juiz deverá prolatar imediatamente sua decisão sem abrir vista à parte contrária.
- c) a incompetência deve ser alegada como questão preliminar de contestação.
- d) a exceção de incompetência não possui o condão de suspender o feito; por essa razão, o mérito e a exceção devem ser julgados em instâncias diversas.

36) No que concerne ao contrato de trabalho por prazo determinado, pode ser afirmado o que segue:

- a) O contrato por prazo determinado previsto na legislação trabalhista se refere a atividades definitivas, excluindo-se de seu alcance o contrato de experiência.
- b) A contratação por prazo determinado só poderá ocorrer mediante celebração de convenção ou acordo coletivo, ou seja, através de negociação coletiva; assim, quando não existir um sindicato que represente os trabalhadores em sua base territorial, os mesmos poderão ser representados pela sua federação.
- c) O contrato por prazo determinado possui o prazo de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período.
- d) Dentro do prazo máximo de 4 (quatro) anos, o contrato por prazo determinado pode ser prorrogado tantas vezes desejarem as partes, sem que ele se torne por prazo indeterminado.

37) De acordo com o expressamente previsto em sua Lei Orgânica, o Município de Franca deve assegurar, no estabelecimento de diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento urbano:

- a) a restrição à utilização de áreas de tombamento etnográfico.
- b) a participação das respectivas entidades comunitárias no estudo, encaminhamento e solução dos problemas, planos, programas e projetos que lhes sejam concernentes.
- c) a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente natural e artificial.
- d) a criação e manutenção de áreas de especial interesse social primário.

38) São leis complementares à Lei Orgânica do Município de Franca, dentre outras:

- a) o Plano Diretor e o Plano Viário.
- b) o Código de Defesa e Impacto Ambiental e a Lei de Criação de Distritos.
- c) o Código de Posturas e o Regime Jurídico dos Empregados Públicos.
- d) o Código de Zoneamento e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

39) No que concerne às propostas populares previstas no âmbito da Lei Orgânica do Município de Franca, pode ser afirmado o que segue:

- a) A iniciativa popular deve ser exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, três por cento dos eleitores inscritos no Município, contendo assunto de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.
- b) Os projetos de lei apresentados através de iniciativa popular não gozam de tratamento prioritário em sua tramitação.
- c) São suscetíveis de iniciativa popular, dentre outras, as matérias de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal e da Câmara Municipal, definidas na Lei Orgânica.
- d) Não deve ser admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

40) Relativamente à disciplina jurídica incidente sobre os servidores municipais, assim dispõe a Lei Orgânica do Município de Franca:

- a) Ao servidor público municipal é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço concedido no mínimo por anuênio, e vedada a sua limitação, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício.
- b) Nos planos habitacionais, o Município deve reservar percentual das moradias para atender aos servidores públicos municipais com remuneração de até cinco salários mínimos, desde que não possuam imóvel.
- c) A falta ao serviço do servidor para participar de congressos, para aperfeiçoamento em sua área de atuação deverá ser abonada e considerada de efetivo exercício.
- d) A servidora ou servidor que adotar ou obtiver a guarda para fins de adoção de menor de 10 (dez) anos de idade terá direito à licença à gestante nos termos da Constituição Federal.

